



Seu País



O presidente já fofocou
contra Renan em conversa
no Consulado dos EUA
em São Paulo

Um fantasma na corte

GOVERNO O TSE dá uma trégua a Michel Temer, mas Renan Calheiros empenha-se para minar o apoio político ao presidente

POR ANDRÉ BARROCAL

Michel Temer perguntou certa vez ao senador Renan Calheiros se uma decisão rápida da Justiça Eleitoral sobre a ação que põe em risco seu mandato presidencial daria um reforço político ao governo. Uma vitória, raciocinava Temer, permitiria

pregar com menos, digamos, rubor sua legitimidade no cargo. Não que os dois sejam compadres, apenas se toleram, e não é de hoje. Temer até já fofocou contra o senador no consulado do Tio Sam em São Paulo. Calheiros é, porém, uma raposa, líder do PMDB e ex-presidente do Senado. Consultá-lo tem sua serventia. “Sinceramente, eu

acho que não”, foi a resposta. Só se fizer um governo melhor, opinou o senador.

Liquidar logo a fatura no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e tirar esse fantasma do Palácio do Jaburu é algo que por ora Temer não conseguirá, embora a sessão que adiou ao menos até maio alguma sentença tenha deixado certas pistas

EVARISTO SA/AFR. ANTONIO CRUZ/ABR E LÍBIA FLORENTINO/ BRAZIL PHOTO PRESS/AG. O GLOBO





TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 28

Rio. A cidade assolada pela
crise econômica e social

O líder do PMDB no Senado diz:
“O governo Temer parece
a seleção do Dunga, queremos
a seleção do Tite”



animadoras para ele. E a melhora do governo? Improvável, a julgar pelas forças dominantes no primeiro escalão de Temer, todas encrocadas na Operação Lava Jato, e pelo ardor neoliberal da equipe econômica, responsável pela paralisa

do PIB. Pior: Calheiros faz o que pode para azucrinar a vida do presidente.

Réu por peculato, não cansa de repetir que Eduardo Cunha, corrupto condenado, manda no governo de dentro da cadeia. Que as reformas da Previdência e trabalhista prejudicam o brasileiro. Que o Palácio do Planalto toma decisões de forma autista. Que o governo Temer parece a “Seleção do Dunga, queremos a Seleção do Tite”. Tem disparado suas alfinetadas abertamente no plenário, a ponto de o líder da oposição no Senado, Humberto Costa, do PT, brincar que cederá o lugar ao peemedebista.

Seu comportamento tem explicação eleitoral. O mandato do senador vence no ano que vem, e será difícil triunfar colado em um presidente dono de 10% no Ibope e

de uma agenda impopular. No Nordeste, terra do alagoano Calheiros, 67% acham que o governo é ruim ou péssimo. Mais gente no Congresso começa a nutrir os mesmos receios eleitorais, motivo de um jantar na terça-feira 4 na casa da senadora Kátia Abreu, do PMDB do Tocantins, a reunir vários peemedebistas, José Sarney entre eles. Com medo de Calheiros inspirar uma rebelião de descontentes em partidos diversos, o Planalto mandou emissários conversarem com ele e passou a monitorar seus passos.

O saçarico oposicionista de Calheiros não chega a surpreender. Ele jamais foi um entusiasta do governo Temer. Tinha má vontade com o *impeachment* de Dilma Rousseff e, discretamente, agiu para



A querela com Herman Benjamin joga
o julgamento no TSE no mínimo para maio



neutralizar a traição do vice “decorativo” Temer. Um mês antes de os deputados darem sinal verde à deposição de Dilma, abriu a residência oficial da Presidência do Senado ao ex-presidente Lula e posara diante dos fotógrafos ao lado do petista com uma Constituição à mão, sutil mensagem sobre o significado de derrubar uma presidenta que não cometeu crime. Agora é a vez de Temer balançar no cargo, devido ao processo de cassação da chapa presidencial vencedora em 2014.

O julgamento iniciado na terça-feira 4 empacou de saída. Os advogados de Dilma argumentaram que o relator, Herman Benjamin, dera somente dois dias para o envio, antes da sessão decisória, das chamadas “alegações finais” da defesa, mas deveria ter dado cinco. Benjamin recuou, e os demais ministros concordaram. Essa mera querela jogou o caso no mínimo para maio. O presidente do TSE acaba de viajar ao exterior para compromissos profissionais e pessoais e só volta ao Brasil dia 26. Só então o julgamento será remarcado. Trata-se, afinal, de Gilmar Mendes, o togado camarada do réu Temer. Nada será resolvido sem ele no comando da situação.

A surpresa no TSE ficou por conta do Ministério Público (MP). O vice-procurador-geral eleitoral, Nicolao Dino, contou no julgamento que o casal João Santana e Mônica Moura, marqueteiros da campanha de Dilma e Temer na eleição de 2014, havia fechado um acordo de delação com o MP, novidade até então. O acordo seria validado pela Justiça horas depois. Diante da existência da delação, opinou Dino, a dupla deveria ser interrogada antes de o TSE julgar a chapa. A proposta foi aceita pelo tribunal. O interrogatório se dará nos próximos dias, ainda sem data certa.

Irmão – sem afinidades políticas – do governador do Maranhão, Flávio Dino, do PCdoB, Nicolao fez um movimento esquisito. Na papelada enviada ao TSE no fim de março com a posição final do MP sobre o caso, tinha sido firme a favor da



Surpresa: Nicolao Dino revela que João Santana e Mônica Moura fecharam acordo de delação

cassação da chapa. Baseava-se, sobretudo, em depoimentos odebrechtianos, a citar caixa 2 e doações que seriam propinas disfarçadas. Dentro da Procuradoria, comentava haver provas incontestes de pecados. Se estava seguro, por que defendeu reabrir o processo e novos testemunhos?

Há quem diga que Dino é obediente ao chefe do MP, Rodrigo Janot, não faz nada sem combinar com ele e que o “xerife” deseja contaminar ao máximo o julgamento com ingredientes da Lava Jato. Foi esta



Cândido, relator da proposta de uma reforma destinada a criar um fundo público para financiar campanhas eleitorais, exclui anistia e caixa 2

investigação que levou o TSE a convocar depoimentos da turma da Odebrecht e, também, levou à delação do casal de marqueteiros. Os advogados de Temer e Dilma, ao contrário, querem expurgar o fator “Odebrecht” do processo. É uma das principais linhas de defesa deles, curiosa sintonia entre traidor e traída.

Ao TSE, Marcelo Odebrecht, o presidente da *holding* condenado a 19 anos de prisão, declarou ter pago Santana e Mônica através de caixa 2, a pedido do comitê eleitoral de Dilma e Temer, e que a petista sabia. O valor, ele não especificou. Sua companhia teria doado ainda 50 milhões de reais “por fora” como retribuição a uma decisão governamental de 2009, um suposto acerto com o ministro da Fazenda da época, Guido Mantega. O ex-ministro depôs na quinta-feira 6 sobre o assunto, testemunho que Benjamin a princípio se negara a ouvir e que aceitou em razão da postergação do julgamento.

São “criminosos confessos e altamente especializados” os delatores da Odebrecht e suas afirmações não têm provas, anota a defesa de Dilma. Em entrevistas, a petista tem dito que Marcelo “inventou” as acusações para sua delação ser aceita na Procuradoria. Para a defesa de Temer, se os depoimentos dos executivos da empreiteira ao TSE forem levados em consideração, “significarão literalmente uma única empresa derrubando a República”.

A cooperação da Odebrecht com o processo deveria ser ignorada no julgamento, sustentam os advogados de Dilma e Temer. Por duas razões. A companhia não figurava na ação movida pelo PSDB em 2014, ampliação de escopo que não teria respaldo jurídico. E só foi incluída por Benjamin em razão de “vazamentos ilegais” das delações. O noticiário de fato pesou na atitude do relator. Seu despacho que abriu as portas da ação à companhia justificava que isso ocorria “diante de indicativos extraídos da mídia escrita sobre a recente homologação da



colaboração premiada” e “de que houve depoimentos relacionados à campanha eleitoral da chapa Dilma-Temer em 2014”.

A delação de Santana e Mônica tem tudo para reforçar o “fator Odebrecht”, na hipótese de a dupla confirmar ter recebido da empresa, em nome da campanha de Dilma e Temer, pagamentos por meio de caixa 2. O casal já ostenta uma confissão do tipo, perante o juiz Sérgio Moro, em um processo que em fevereiro resultou na condenação de ambos a 5 anos de prisão, por lavagem de dinheiro.

Santana é baiano como a Odebrecht. Suas ligações com a companhia foram esmiuçadas na fase “Acarajé” da Lava Jato, deflagrada em fevereiro de 2016. “Acarajé” era o código para bufunfa no departamento de propina da companhia. Antes de ir às ruas, a Polícia Federal descobriu uma *offshore* do casal Santana, a Shellbill, detentora de uma conta na Suíça na qual a Odebrecht depositara acarajés aos milhões. De início, Santana e Mônica disseram que a conta recebia pagamentos por serviços no exterior, caso de uma eleição em Angola. Interrogados por Moro,

O casal marqueteiro teve suas ligações com a Odebrecht reveladas na fase “Acarajé” da Lava Jato. O quitute baiano era sinônimo de bufunfa

mudaram a versão. Afirmaram que também era abastecida com caixa 2 de eleições nacionais. Por exemplo: cerca de 4,5 milhões de dólares pela campanha de 2010 de chapa Dilma e Temer.

Os advogados de Dilma alegam não haver razão para pagar os marqueteiros “por fora”. O casal foi o item mais caro da campanha de 2014, 70 milhões de reais, 20% das despesas declaradas ao TSE pelo comitê petista. Em 2010, custara uns 60 milhões de reais, igualmente

informados à Justiça. Um conhecedor das coisas no TSE acha que o pagamento “por fora” da Odebrecht a João Santana pode ser um acerto entre eles com fins de lavagem de dinheiro. Em depoimento ao tribunal, Marcelo Odebrecht admitiu que sua verba de caixa 2 e propinas nascia de sonegação de impostos.

A conversão das eleições em uma grande lavanderia da Odebrecht parece com os dias contados. Enquanto o TSE examinava a ação contra Dilma e Temer, era apresentada na Câmara uma proposta de reforma política a criar um fundo público de 1,9 bilhão de reais para bancar candidatos a presidente, deputado, senador e governador na eleição de 2018, metade da despesa de 2014, quando empresas ainda podiam doar. PT e PSDB apoiam, inusitada dobradinha.

O relator da reforma, Vicente Cândido, do PT paulista, deixou de fora qualquer coisa parecida com anistia a caixa 2. No Congresso, revela um deputado, toda reunião secreta entre os grandes partidos trata do assunto, por medo das delações da Odebrecht. Ninguém, contudo, tem coragem de defender a ideia em público. O provável, diz, é que algo do tipo seja votado de repente, para evitar pressões prévias, e aí será lidar com a fúria da mídia e da força-tarefa da Lava Jato posteriormente.

Enquanto o processo não for julgado no TSE, o futuro de Temer será incerto. Com um condimento a mais: Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal, está pronto para colocar em pauta um processo destinado a desfazer uma dúvida. Se uma chapa for cassada quando ainda falte mais de seis meses para terminar o mandato do chefe da nação, escolhe-se o novo presidente em uma eleição dentro do Congresso ou em uma eleição com todos os votantes brasileiros? Dizem que Barroso defenderá eleição direta, e que a presidente do STF, Cármen Lúcia, observa a cena política no aguardo de pautar o julgamento da ação. •